

PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

A prévia

A maior procissão católica do país será palco para o primeiro teste de popularidade dos dois principais pré-candidatos ao Planalto identificados com o receituário da direita. Assim como o prefeito João Doria (PSDB), Jair Bolsonaro (PSC-RJ) vai desembarcar em outubro no Círio de Nazaré, em Belém. Ambos querem intensificar o ritmo de viagens. Já despedido de remorso por rivalizar com Geraldo Alckmin, Doria disse a aliados que vê uma chance em 2018 — e não vai desperdiçá-la.

Fé na bala Foi o deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA) quem convidou Bolsonaro para ir ao Círio.

Pé na tábua Doria deixou claro a interlocutores que não pretende recuar da ofensiva para se viabilizar como candidato ao Planalto. Disse que fará os movimentos “com respeito e amizade a Alckmin”, mas fará. O grupo que o apoia definiu que março é o mês ideal para a realização de uma prévia no PSDB.

Vem todo mundo Arthur Virgílio (PSDB), prefeito de Manaus, telefonou a dirigentes tucanos na sexta (22). afirmou que falava sério quando afirmou à revista “Veja” que deseja entrar na disputa pela Presidência. Suas pretensões ajudam Doria. Virgílio também defende prévias no próximo ano.

Pano para manga Aliados do presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), dizem que ele deve buscar nas fileiras do centrão o relator da nova denúncia contra o presidente Michel Temer.



Sem a poderosa Anitta foi convidada a se juntar ao grupo de artistas do movimento “342 agora”, que milita pelo afastamento de Temer, mas não compareceu. Nomes que estão na linha de frente da mobilização creditam o desfalque à gravadora da popstar. Procuradas, nem a assessoria da cantora nem sua gravadora responderam.

Aos poucos Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), irmão de Geddel, voltou a circular no Planalto. Ele levou um prefeito para uma audiência, mas não falou com o presidente.

» com THAIS ARBEX E JULIA CHAIB

tiroteio

Temer acaba a semana sem seu advogado e acusado de dar uma facada nas costas do DEM. É o prenúncio de dias nada fáceis.

DO DEPUTADO CARLOS ZARATTINI (PT-SP), sobre Antonio Cláudio Mariz de Oliveira ter deixado a defesa do presidente após a chegada da nova denúncia.

contraponto

Marca registrada

Em evento do PT na quinta-feira (21), Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social, fez uma apresentação antes do discurso do ex-presidente Lula. Escalada para falar sobre o risco de o Brasil voltar ao mapa da fome, a petista se posicionou ao lado do telão para apontar uma ilustração. Como a imagem estava pequena, pediu ajuda aos que operavam a projeção: — Dá para aumentar? É só ali no clicar no canto! Ih, gente, ninguém sabe mexer no PowerPoint? — disse, em tom de brincadeira. A plateia reagiu de imediato: — O Dallagnol!

OS AVANÇOS DE CADA UM
Veja propostas que deslancharam no governo Temer em cada área e os grupos que as defenderam

TERRAS INDÍGENAS
Nenhuma terra indígena homologada por Temer em 16 meses, contra 21 no governo Dilma (2011-2016). Parecer da AGU confirmado por Temer instituiu “marco temporal”, tese apoiada pelo agronegócio

QUESTÃO FUNDIÁRIA
Temer sancionou “lei da grilagem”, com legalização de áreas invadidas por particulares “maiores que um módulo fiscal e até 2.500 hectares”. Retira exigências ambientais para regularização fundiária

MEIO AMBIENTE
Caso Renca: liberação de áreas protegidas para exploração mineral a grandes empresas do setor. Enfraquecimento do licenciamento ambiental, com projeto avançado na Câmara, de Mauro Pereira (PMDB-RS)

AGROTÓXICO
Casa Civil elaborou medida provisória para alterar legislação para uso de agrotóxicos, que modifica a forma de avaliação para aprovação de substâncias. Mudança foi elaborada com participação do agronegócio

VENDA DE TERRA A ESTRANGEIROS
Governo preparou, com bancada ruralista, projeto que autoriza compra de até 100 mil hectares ou mais, desde que o comprador abra seu capital. Senado poderá discutir assunto

DÍVIDAS RURAIS
Em agosto/2017, governo reduziu alíquota da contribuição do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) e permitiu parcelamento de dívidas em até 180 vezes com redução de multas e juros

AMAZÔNIA
Em junho/2017, Temer recuou de duas medidas que reduziam proteção de 587 mil hectares na Amazônia. Porém, em julho, reenviou ao Congresso proposta que enfraquece proteção da floresta Jamanxim

QUILOMBOLAS
Paralisação da demarcação de territórios. Valor gasto com indenização de imóveis caiu de R\$ 13,2 milhões (2014) para R\$ 3,5 milhões (2017). Para reconhecimento dos territórios, queda de R\$ 2,1 milhões

MAIORIDADE PENAL
Senado ensaia votar texto que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal, proposta já aprovada na Câmara; o projeto está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça e já foi incluído na pauta

ARMAS DE FOGO
Por meio de decretos, o Executivo flexibilizou pontos do Estatuto do Desarmamento, aumentando prazos de validade de licenças de porte. Projeto já aprovado em comissão na Câmara pretende esvaziar outros

DIREITOS DAS MULHERES
Como ocorre todo ano na semana do Dia Internacional da Mulher, Câmara aprovou projetos da bancada feminina, como o que proíbe revista íntima de mulheres em empresas e em órgãos públicos

REFORMA TRABALHISTA
Endureceu regras para ações judiciais, flexibilizou exigências trabalhistas e instituiu a prevalência, sobre a lei, do que for negociado entre patrões e empregados

PLANOS DE SAÚDE
Governo criou grupo para discutir a criação de planos de saúde reduzidos. Já ganhou primeiro aval da ANS na última semana. No Congresso, comissão deve propor mudanças em prol das operadoras

TERCEIRIZAÇÃO
Em março/2017, o Congresso aprovou, com apoio de Temer, projeto que liberou a terceirização no país para qualquer ramo das empresas, incluindo o principal, da chamada atividade-fim

Pautas de viés conservador avançam na gestão Temer

Propostas de setores de esquerda não tiveram movimentação expressiva

A Confederação Nacional da Indústria e ruralistas estão entre os que comemoram pleitos atendidos

DE BRASÍLIA

Em 16 meses de gestão de Michel Temer, demandas do empresariado e de setores que defendem posições conservadoras tiveram avanço significativo no Executivo e no Congresso. Propostas encampadas por campos opostos, por outro lado, não registraram movimentação expressiva no governo ou no Legislativo, que nas últimas eleições assistiu a um crescimento das bancadas da bala (segurança pública), evangélica e ruralista. Assim que assumiu, em 12 de maio de 2016, Temer recebeu uma pauta de reivindicações de representantes do empresariado e dos ruralistas, dois segmentos que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff (PT). A CNI (Confederação Nacional da Indústria) enviou um documento com 36 “propostas para o Brasil sair da crise”. Pelo monitoramento da entidade, 29 avançaram. Já os ruralistas encaminharam 17 pontos prioritários, dos quais 13 foram atendidos. “O governo correspondeu plenamente às nossas expectativas. Foram ações de coragem, de um governo que não está pensando nas eleições do ano que vem. Acho que ele ousou em muita coisa”, afirma o deputado federal Marcos Montes (PSD-MG), presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio. “Não há dúvida de que [o governo] tem tido maior capacidade de condução”, disse o diretor de Política e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes. Entre os destaques para esses dois setores estão a reforma trabalhista, a regulamentação da terceirização, o fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração do pré-sal, o programa de refinanciamento de débitos tributários das empresas, uma generosa renegociação de débitos dos produtores rurais, a lei de regularização fundiária e a flexibilização das regras de licenciamento ambiental. Há ainda o “marco temporal”, uma interpretação jurídica da AGU (Advocacia Geral da União) que retira dos índios o direito de reivindicar terra sobre a qual não estavam em outubro de 1988. Temer não assinou nenhum decreto de homologação, última etapa do processo de demarcação. Segundo levantamento da organização não governamental ISA (Instituto Socioambiental),

“o desempenho de Temer já é considerado o pior para os índios desde a redemocratização”, em 1985, abaixo das 21 áreas homologadas por Dilma Rousseff, 87 por Lula, 145 por FHC, 16 por Itamar Franco, 112 por Fernando Collor e das 67 por José Sarney. Com uma das piores avaliações populares da história, Temer fez acenos a trabalhadores ao liberar o saque de contas inativas do FGTS, fundo que também teve sua rentabilidade elevada em 2017. Em artigo, o diretor de documentação do Diap (entidade constituída por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores), Antônio Augusto de Queiroz, afirmou que a atual gestão integra arranjo “em torno da agenda neoliberal”. A bancada da bala também se diz satisfeita. Alberto Fraga (DEM-DF), presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, afirma que a interlocução com o Planalto “melhorou 1.000%”. Ele cita decretos que suavizam exigências do Estatuto do Desarmamento, como a ampliação de três para cinco anos da validade do registro de arma de fogo. A bancada tenta votar um projeto que revê boa parte das normas no Estatuto. Se passar na Câmara, irá para o Senado —onde outro projeto polêmico está para ser votado: a diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos. A bancada religiosa segue barrando projetos contrários aos seus interesses. “Queira ou não, temos hoje 86% de cristãos neste país. O governo é laico, mas não o país”, afirma o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Hidekazu Takayama (PSC-PR). Um projeto de interesse do grupo é o Escola Sem Partido, que acelerou em comissão na qual 15 de 23 membros são religiosos. “O que está avançando no governo Temer é uma pauta mais moral. Não no sentido de ser contra a corrupção, mas de costumes”, diz o deputado Flávio (PSB-SP). Na outra ponta, parlamentares de esquerda relatam dificuldade. Projeto de Jean Wyllys (PSOL-RJ) para regulamentar a prostituição travou desde 2015. O mesmo para o que trata do direito à identidade de gênero. A agenda de Temer nesses 16 meses mostra que ele se encontrou com representantes de 42 empresas, 5 vezes com a bancada ruralista e 7 com entidades e líderes evangélicos. Na outra ponta, teve 6 reuniões com centrais sindicais e nenhuma com movimentos quilombolas ou indígenas. (RANIER BRAGON, ANGELA BOLDRINI, NATÁLIA CANCELAN E RUBENS VALENTE)

GRUPOS

EMPRESARIADO

RURALISTAS

BANCADA RELIGIOSA

BANCADA DA BALA

AMBIENTALISTAS,
INDÍGENAS, QUILOMBOLAS

GRUPOS DE DEFESA LGBT
E DE DEFESA DOS
DIREITOS DAS MULHERES

GUERRA FISCAL

Em agosto/2017 foi sancionada lei que convalidou benefícios fiscais concedidos por Estados a empresas sem autorização do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária)

PRÉ-SAL

Em novembro/2016, Temer sancionou projeto aprovado no Congresso que tirou da Petrobras a obrigatoriedade de ser a operadora única do pré-sal, regra criada no governo Dilma Rousseff

DÍVIDAS DE EMPRESAS

Governo lançou neste ano programa de refinanciamento de débitos tributários de empresas. Apesar de a medida já estar em vigor, Congresso discute alteração das regras

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Por pressão da bancada evangélica, Ministério da Educação retirou da base nacional curricular todas as menções a “identidade de gênero” e “orientação sexual”

ABORTO

Projeto que inclui veto a aborto —incluindo os casos permitidos por lei— tem avançado em comissão na Câmara. Proposta é incluir, na Constituição, que o direito à vida ocorreria “desde a concepção”

ESCOLA SEM PARTIDO

Proposta da bancada religiosa, que inclui nos princípios do ensino “respeito às convicções do aluno, seus pais e responsáveis”. Está prestes a ter parecer em comissão

HIDRELÉTRICAS

Em agosto/2016, vitória de ambientalistas porque o Ibama negou licença ambiental para hidrelétrica no rio Tapajós. Em novembro/2016, negada autorização para hidrelétrica em SP

Governo diz que atua ‘sem distinções’

DE BRASÍLIA

A Casa Civil, vinculada à Presidência, afirmou que a gestão de Michel Temer atende às demandas de todos grupos, sem distinção. “Todas as demandas que chegam ao governo pelos efetivos representantes das categorias têm sido respondidas no tempo hábil”, afirma em nota.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a “pauta da Câmara tem dois focos: a reforma do Estado brasileiro e a segurança jurídica pra geração empregos”. Citando a situação do Rio, ele também disse que as pautas de segurança pública não são “da bancada [da bala] e sim da sociedade.”

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho (PV-MA), disse que “não houve retrocesso ambiental no Brasil”. “O ministério tem priorizado a execução de suas atividades finalísticas, especialmente as de comando e controle, que dão suporte à fiscalização ambiental contra o desmatamento, os incêndios e queimadas ilegais”, afirmou, em nota.

O ministério citou 13 pontos em que aponta avanços, entre os quais a “reversão da curva do desmatamento na Amazônia, que era ascendente há cinco anos”, a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), “de 64 mil para 240 mil hectares”, o “desestímulo às usinas termelétricas movidas a carvão mineral e a óleo combustível”, entre outros.

Segundo o ministério, “por recomendação do ministro” Temer “vetou as medidas provisórias que diminuiriam áreas protegidas na Amazônia”.

Sobre o parecer corroborado por Temer que vinculou o chamado “marco temporal” aos processos de demarcação de terras indígenas, em julho a AGU (Advocacia Geral da União) afirmou que a medida vai garantir segurança jurídica.

A respeito da redução da terra indígena Jaraguá, em São Paulo, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, afirmou, durante um encontro com indígenas guaranis da região, que trabalha para dar “segurança jurídica” e que era defensor dos direitos indígenas, mesmo sofrendo “pressões imensas” de políticos ligados ao agronegócios, os quais ele não nominou. Na conversa gravada pelos índios, Jardim disse ser contrário à tese do “marco temporal” na forma adotada pelo governo.

O Ministério da Educação afirmou, em nota, ser publicamente contrário ao projeto do Escola Sem Partido. “Além disso, o ministério não discute a Educação sob o ponto de vista político e ideológico.”

GARANTIA HYUNDAI

5

ANOS

SEM LIMITE DE quilômetros

CONSULTE CONDIÇÕES NO SITE

NEW

TUCSON

Turbo GDi

Transmissão Dual Clutch de 7 velocidades.

Imagens meramente ilustrativas.

All-New Tucson Turbo GDI. Dirija e descubra o que tudo isso significa.

Motor Turbo GDI 177 cv.

Teto solar panorâmico. Bancos de couro com ventilação.

Mais desempenho. Transmissão Dual Clutch de 7 velocidades.

Central multimídia. Conectividade Android Auto™ e Apple CarPlay™.

ALL-NEW

TUCSON

Driving Experience

ÚLTIMOS DIAS

A HYUNDAI CAOA PAGA 100% TABELA FIPE

*Consulte condições.

NO SEU HYUNDAI, NA COMPRA DO NEW TUCSON.

E MAIS: LICENCIAMENTO GRÁTIS

Pela vida. Escolha o trânsito seguro.

HYUNDAI CAOA

A MONTADORA DOS CLIENTES MAIS SATISFEITOS DO BRASIL.

CAOA

MONTADORA

HYUNDAI

www.hyundai-motor.com.br

LOJAS DA CAPITAL ABERTAS TODOS OS DOMINGOS ATÉ AS 19 HORAS.

Imagens meramente ilustrativas. Os itens apresentados são referentes ao veículo New Tucson 1.6T GDI 2017/2018, catálogo GBPL. Consulte condições para demais cores, itens e versões nas Concessionárias Hyundai CAOA.

1. Licenciamento gratuito: válido somente na troca pelo New Tucson GLS 0 km 2017/2018, catálogo GBPK, no valor de R\$ 140.970,00 (IPVA 2017 por conta do cliente).

2. Tabela Fipe: serão aceitos na troca no valor da Tabela Fipe os veículos que estiverem com o seu documento único de transferência – DUT – no nome do comprador do veículo 0 km ou em nome de parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuges), desde que comprovado o parentesco por meio de documentação oficial. Válido para os veículos Tucson GLS com câmbio automático e ix35 com câmbio automático, de 2014/2014 a 2017/2017 (o ix35 GLS 2017 será aceito somente na versão com teto solar), desde que reúnam as seguintes condições, cumulativamente: 1º – Garantia de fábrica ativa. 2º – Registro de revisões realizadas dentro do prazo estipulado pela Hyundai e com quilometragem limitada a 15.000 km por ano, sem registro de sinistro e/ou avarias de grande monta. 3º – Enquadramento do veículo nas condições acima por laudo de vistoria cautelar pericial com aprovação do veículo, sem restrição, em empresa de vistoria indicada pelo concessionário Hyundai CAOA. 4º – Chave reserva em perfeitas condições de uso. Manual do Proprietário e certificado de garantia com as revisões realizadas dentro do prazo determinado pela Hyundai nos termos do Manual do Proprietário. 5º – O veículo deve estar em perfeitas condições de uso, sem a necessidade de reparo e troca de peças. Caso haja a necessidade de pequenos reparos como pequenos riscos, amassados, trincas no para-brisa, substituição de pneus, etc., a avaliação estará sujeita ao desconto do serviço conforme tabela de preço das revendas Hyundai CAOA. Promoção válida até 30/9/2017.